Apresentação: 14/02/2025 20:50:04.827 - Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, para prestar esclarecimentos a respeito da exposição indevida de crianças e a atuação ideológica em ambiente escolar, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da exposição indevida de crianças e a atuação ideológica em ambiente escolar, conforme amplamente noticiado pela mídia¹:

- 1. O Ministério da Educação tem ciência do episódio ocorrido na Escola Municipal Irmã Irma Zorzi, em Campo Grande/MS? Caso positivo, quais providências foram adotadas?
- 2. O MEC possui diretrizes para evitar que professores utilizem o ambiente escolar para manifestações ideológicas ou políticas? Em caso afirmativo, quais são essas diretrizes e como são fiscalizadas?
- 3. O Ministério da Educação estabelece normas para a proteção da imagem de crianças em escolas públicas, especialmente no que diz respeito à divulgação de fotos e vídeos nas redes sociais?

¹ https://correiodoestado.com.br/cidades/secretaria-vai-apurar-denuncia-de-professora-trans-que-se-vestiu-de/443637/ https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/professora-trans-usa-fantasia-de-barbie-em-escola-e-vira-alvo-de-politicos







- 4. Existe alguma política do MEC voltada à fiscalização da atuação de professores e gestores escolares para garantir que respeitem a neutralidade ideológica e protejam os direitos das crianças?
- 5. Diante dos inúmeros casos de ativismo político e ideológico no ambiente escolar que têm sido denunciados nos últimos anos, o Ministério da Educação pretende implementar novas medidas para assegurar que as escolas sejam espaços neutros e livres de militância política? Caso afirmativo, quais são essas medidas?
- 6. A crescente preocupação dos pais e da sociedade brasileira com a instrumentalização das escolas para fins ideológicos exige que o Ministério da Educação tome uma posição firme na defesa do ensino de qualidade, sem interferências políticas, ideológicas ou comportamentais que possam afetar a formação das crianças e adolescentes.

JUSTIFICATIVA

A atuação ideológica em ambientes escolares é um tema que tem gerado crescente preocupação entre pais, responsáveis e a sociedade em geral. Em um país democrático, o espaço da escola deve ser sagrado e exclusivo para a formação acadêmica e moral dos alunos, sem qualquer tentativa de manipulação ou imposição de valores políticos, ideológicos ou comportamentais que possam interferir no desenvolvimento natural e saudável das crianças e adolescentes.

Recentemente, um episódio ocorrido na Escola Municipal Irmã Irma Zorzi, em Campo Grande/MS, gerou grande repercussão na mídia nacional e despertou a necessidade urgente de investigar as práticas educacionais no Brasil. No dia 12 de fevereiro de 2025, foi amplamente noticiado que o professor Emy Mateus Santos, indivíduo biologicamente do sexo masculino, compareceu à escola vestindo uma fantasia de "Barbie" e promoveu um espetáculo de ativismo ideológico, o que claramente se distanciou dos objetivos pedagógicos que devem nortear a atuação do educador dentro da sala de aula.







Este episódio é emblemático de uma tendência preocupante: o uso do ambiente escolar para a promoção de ideologias e ativismos políticos, o que configura um desvio de função, visto que as escolas devem ser espaços de aprendizado, formação cidadã, respeito e convívio pacífico, longe de qualquer militância que instrumentalize a educação. A escola deve ser uma instituição neutra e imparcial, que deve assegurar que o ensino de conteúdo acadêmico seja priorizado, sem desvirtuar a formação das crianças e adolescentes em relação a questões políticas e ideológicas que devem ser debatidas dentro do seio familiar, conforme os valores e crenças de cada família.

Além disso, outro aspecto gravíssimo foi levantado pela denúncia: o professor em questão compartilhou imagens de crianças nas redes sociais, sem a devida autorização dos pais ou responsáveis, o que configura uma grave infração aos direitos das crianças, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura que as crianças e adolescentes têm direito à imagem, à privacidade e à integridade. A publicação dessas imagens, sem consentimento, não apenas desrespeita o direito de privacidade das crianças, mas também expõe as mesmas a situações de risco, violando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regula a utilização de dados pessoais, incluindo imagens, especialmente de menores de idade.

Diante desse cenário, a sociedade brasileira está em crescente vigilância, preocupada com a qualidade e imparcialidade do ensino oferecido nas escolas públicas. A instrumentalização ideológica do espaço escolar é uma realidade que deve ser combatida de maneira firme e objetiva. O Ministério da Educação (MEC), como órgão responsável pela elaboração de políticas educacionais, deve adotar medidas eficazes para coibir práticas como a que ocorreu em Campo Grande, no sentido de garantir que os professores cumpram seus papéis pedagógicos de maneira profissional, sem transformarem as escolas em espaços de promoção ideológica.

Este Requerimento de Informações busca esclarecer se o MEC tem ciência do ocorrido e quais providências estão sendo adotadas para que situações como essa não se repitam. O governo federal tem a responsabilidade de estabelecer diretrizes claras para evitar que o ambiente escolar seja utilizado para propagação de ideologias, de modo a garantir que os alunos sejam protegidos de influências externas que fujam ao escopo do aprendizado educacional adequado à sua idade e fase de desenvolvimento. A definição e







fiscalização dessas diretrizes é uma medida necessária para preservar a neutralidade do espaço escolar e o direito dos pais em decidir sobre os valores e a formação moral de seus filhos.

A falta de regulamentação específica para a atuação ideológica nas escolas, bem como a ausência de fiscalização eficiente por parte do MEC, pode resultar em um desvirtuamento do papel da educação pública, que deve ser livre de tendências ideológicas e políticas, respeitando a pluralidade de ideias e valores presentes na sociedade brasileira. Por isso, é urgente que o Ministério da Educação se posicione firmemente contra a introdução de qualquer tipo de ativismo ideológico no ambiente escolar, seja por parte de professores, diretores ou outros membros da comunidade escolar, e adote uma política de fiscalização mais rígida.

Além disso, é fundamental garantir que a imagem das crianças seja devidamente protegida e que qualquer divulgação de fotos ou vídeos seja realizada em conformidade com a legislação vigente, respeitando o direito de privacidade e a proteção de dados. As escolas, como instituições formadoras, devem ser obrigadas a adotar políticas claras e rigorosas sobre o uso das imagens de alunos, com o consentimento explícito dos pais ou responsáveis, para evitar que situações como a que ocorreu em Campo Grande se repitam.

O Requerimento de Informações, portanto, visa não apenas esclarecer a atuação do MEC diante desse caso, mas também alertar para a necessidade urgente de regulamentações mais específicas e de medidas firmes no combate à instrumentalização ideológica nas escolas. A educação deve ser livre de interferências políticas, ideológicas ou comportamentais que possam afetar o desenvolvimento e a formação saudável das futuras gerações. É papel do Ministério da Educação garantir que os ambientes escolares sejam espaços de aprendizado genuíno, respeitando a liberdade dos pais e a integridade dos alunos.

Portanto, este requerimento é de extrema importância, pois visa não apenas responder a um caso isolado, mas também abrir um precedente para a construção de uma educação mais respeitosa, imparcial e voltada para os princípios pedagógicos, sem a inclusão de ideologias que desrespeitem o direito das crianças e dos pais. A sociedade







exige que a educação pública seja voltada para o ensino de qualidade, sem militâncias que envolvam as crianças em temas complexos e que não têm a devida preparação para compreender e discutir.

Dessa forma, o Requerimento de Informações é um passo essencial para restabelecer a ordem e o equilíbrio no sistema educacional, garantindo que o Ministério da Educação cumpra sua função de assegurar um ensino imparcial, adequado à faixa etária dos alunos e respeitando os valores das famílias brasileiras. Com isso, buscamos proporcionar a segurança necessária para que as crianças e adolescentes brasileiros possam se desenvolver plenamente em um ambiente escolar que seja ético, profissional e totalmente dedicado ao aprendizado.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



